

A PRESENÇA DO ÍNDIO E DO NEGRO NO DECÊNIO FARROUPILHA

Wilson Sander*
Getúlio Xavier Osório**
Júlio Ricardo Quevedo Santos**
Celso Domingues**

Encontros recentes entre professores e estudantes de História foram marcados por um desasossego proveitoso, onde muito se falou na necessidade dos cursos de graduação em História dedicarem uma maior parte do seu currículo à pesquisa histórica. Realmente, os cursos de graduação em História, no Brasil, têm se voltado mais à informação do futuro professor do que à formação do pesquisador. Sem dúvida, trata-se de um fato lamentável.

A realização de pesquisa histórica ou outras tarefas úteis para a produção historiográfica nos cursos de graduação, principalmente, esbarram na dificuldade de se encontrar professores e estudantes que possam se dedicar à pesquisa histórica integralmente. As agências financiadoras pouco ou nada fizeram para aumentar ou até tornar atrativa a pesquisa histórica independente da atividade docente, desperdiçando-se, no Brasil, uma parcela considerável da capacidade de pesquisa de boa parte dos jovens que ingressam e permanecem na universidade.

O presente trabalho de pesquisa histórica foi planejado e elaborado pelos estudantes: Getúlio Xavier Osório, Júlio Ricardo Quevedo Santos e Celso Domingues, todos matriculados no nosso curso de graduação em História. Esta pesquisa tinha como objetivos:

1º — descrição e análise das variáveis que determinaram a presença do índio e do negro no decênio farroupilha — 1835/1845;

* Professor de História no I.F.C.H., supervisor e orientador do projeto de pesquisa.

** Estudantes do curso de graduação em História da PUCRS.

2º — compreender os motivos que levaram a segregação continuada das populações índia e negra, apesar de terem servido como soldados nos exércitos combatentes.

Trata-se de uma iniciativa e um projeto grandioso dentro de um evento cujo sesquicentenário será comemorado em breve. O trabalho dos estudantes foi facilitado e só se tornou viável, devido à concessão de rês bolsas-trabalho-pesquisa através da então Superintendência Comunitária desta Universidade.

A parte que se publica agora é a primeira e que se constituiu no relatório enviado, no início deste ano, para a Superintendência.

REDAÇÃO:

Quando iniciamos os trabalhos de busca e classificação da documentação existente na Coleção Varela, constatamos a possibilidade de levantar inúmeras variáveis que podem determinar a segregação contínua das populações negra e índia durante o decênio farroupilha. Esta coleção faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Estado do RS, sendo reunida pelo historiador Alfredo Varela. Consta de uma vasta documentação referente ao assunto, compilada em quatro volumes e organizada por uma equipe de pesquisadores da instituição estadual. No primeiro estágio do nosso trabalho, qual seja, levantamento das fontes, selecionamos trinta e seis documentos, cujo histórico consta em anexo ao relatório do trabalho. Foi uma árdua tarefa, que nos ocupou durante mais de dois meses. Feito este levantamento preliminar, reunimo-nos com o professor orientador e decidimos ampliar o campo de pesquisa, consultando a documentação jornalística do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Comando das Armas e acervo documental do Arquivo Histórico do Estado do RS que também trata do assunto em questão. Feitas novas reuniões de avaliação documental, concluímos que um assunto de relevante interesse teria que ter uma abrangência maior.

Partindo da seleção preliminar que temos à mão, levantamos apenas alguns documentos que nos permitiram definir uma variável-chave: "O Negro e o Índigena como Elementos de Mão-de-Obra a Serviço tanto de Negociantes Particulares como em Benefício do Estado Republicano ou Forças Imperiais".

Num segundo momento, estas populações atuaram transitoriamente nos exércitos farroupilha e imperial.

A atuação das populações negra e índia, como formadores da classe trabalhadora, pode ser exemplificada em documento datado de 25 de abril de 1839; um ofício de Domingos José de Almeida, Ministro dos Negócios da Fazenda da efêmera República Riograndense, endereçado ao Tenente-Coronel Antônio Joaquim de Souza, solicitando intervenção junto a uma Comissão de Rio Pardo para recrutamento de escravos de estancieiros que deveriam trabalhar no fabrico da erva-mate.

Outro dado importante se configura em documento datado de 06 de junho de 1839, qual seja, ofício do mesmo Almeida ao cidadão José Gonçalves da Cruz, requisitando uma escrava para ser empregada no fabrico de fumos.

Mais eloqüente ainda é um documento de 25 de janeiro de 1843, tanto pela importância quanto pelo seu conteúdo. Refere-se a uma relação passada em cartório, enviada por Domingos José de Almeida ao Juiz municipal Interino de Alegrete. É a relação de escravos que possuía o líder farroupilha antes do movimento de 35. Consta de 84 escravos, sendo carregadores, salgadores, graxeiros, campeiros, tripeiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, marinheiros engomadeira, costureira, cozinheira e escravos para serviços de casa.

Outros documentos ainda tratam de escravos e índios recrutados em inúmeras tarefas em benefício do Estado, sendo resgatados de negociantes em troca de gado, ou até mesmo materiais de utilidade agrícola.

A presença do elemento racial das duas populações, em estudo de extrema importância, estiveram presentes na agricultura, nas pequenas charqueadas, na indústria e até como trabalhadores especializados em determinadas tarefas; além de serem recrutados para os exércitos combatentes.

O que determina, no entanto, o objeto de nossa pesquisa é o fato de que a presença de um significativo segmento social do período farroupilha foi marginalizado, em detrimento de interesses comerciais e políticos, pois nem mesmo a República emergente do movimento aboliu a escravatura ou deixou de subjugar o elemento indígena. Esta segregação é um processo que tem continuidade, extrapolando o decênio farroupilha e sendo motivo de estudos e teses, amplamente debatidas nos dias atuais.

Nosso desejo, pois, é penetrar mais aprofundamente na documentação que existe e que somente agora, com projetos e estágios, o estudante está tendo acesso. O assunto é vasto e tem muita coisa para ser vista, muitas variantes em aberto. A Revolução Farroupilha deve ser trabalhada em todos os ângulos de abordagem que forem possíveis e sem restrições.

CONCLUSÃO:

Do que foi abordado, ficou definido, portanto, que trabalhamos somente em cima dos documentos da Coleção Varela, embora tenhamos coletado, listando e classificando inúmeras fontes de outras instituições, que não foram possíveis serem levantadas no presente relatório, dada a exigüidade do tempo e a importância do assunto. Acreditamos que nem mesmo um método de abordagem foi possível dar; restringimo-nos em colocar nossa linha inicial de visão e relatar aspectos de uma variável em separado, mas existem outras que não estão em estudo.

HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS SELECIONADOS:

FONTES

LEVANTAMENTO DE FONTES — COLEÇÃO VARELA

Volume 02:

FONT 01:

— Carta do cidadão Antônio Francisco dos Santos Abreu para Domingos José de Almeida, dizendo não ter notícias de escravos perdidos de Almeida — datada de 18 de dezembro de 1842.

FONT 02:

— Ofício do Major Imperial Francisco Pedro de Abreu ao Marechal Antônio Elzeário de Miranda e Brito, dando conta de haver encontrado uma força farroupilha em Triunfo, derrotada pelos imperiais, sendo aprisionados três escravos, dois deles lanceiros e um cativo — datada de 01 de março de 1839.

FONTE 03:

— Carta de Pedro José Gomes de Abreu a João Dias de Castro, cunhado de Araújo Ribeiro, informando que Bento Manuel Ribeiro estava no Arroio dos Ratos com uma força reunindo quantos negros podiam pegar em armas — 22 de janeiro de 1839.

FONTE 04:

— Carta de Domingos José de Almeida à Bernardina Barcelos de Almeida, sua esposa, em Pelotas, recomendando a seu compadre que vigiasse os escravos. De Porto Alegre. — 22 de abril de 1835.

FONTE 05:

— Carta de Domingos José de Almeida, de Porto Alegre, à esposa, em Pelotas, dizendo ser sua charqueada de Pelotas bem sucedida por ter escravos em seu serviço, e as outras terem índios, mas que estes estavam recrutados para os combates. S/data.

FONTE 06:

— Carta de Domingos José de Almeida ao negociante Antônio José Gonçalves Chaves, morador em Montevidéu, tratando da venda de escravos para este. Escreve de Piratini — 09 de agosto de 1837.

FONTE 07:

— Carta de Almeida, de Piratini, à esposa em Pelotas, tratando da venda de escravos ao negociante Chaves.

FONTE 08:

— Carta de Almeida ao Presidente, Bento Gonçalves da Silva, tratando acerca de uma escrava que se recusava a servir a um estancieiro por ser maltratada. Bento responde que a negra deve ficar a disposição do Estado. Obs.: a negra era de propriedade do Antigo Presidente Araújo, ficou sendo propriedade do Estado, que cedia escravos para proprietários — de 20 de setembro de 1838.

FONTE 09:

— Circular de Almeida, Ministro da Fazenda e Guerra em Caçapava, a Inácio José de Oliveira Guimarães, chefe de Polícia do Boqueirão, mandando recrutar todos os negros, cujos proprietários não mostrassem documento de posse — de 31 de agosto de 1839.

FONTE 10:

— Ordem dirigida por Almeida ao Cidadão, negociante, João Rodrigues Barcelos, apresentando o inventário dos bens do brigue Ventador, apresado no Cabo de Santa Maria. Consta, no mesmo, dois negros marinheiros, que ficaram servindo ao Estado, ordem essa dirigida de Caçapava em 13 de dezembro de 1839.

FONTE 11:

— Ofício de Almeida a Antônio Vicente da Fontoura, chefe da Polícia do município de Cachoeira, tratando da abertura de uma estrada entre o município e a Vila de Rio Pardo, empregando escravos e ferramentas dos dissidentes da República — 11 de janeiro de 1840.

FONTE 12:

— Exposição de Domingos José de Almeida, rebatendo críticas recebidas, declarando ter despachado para Montevidú trinta escravos de sua propriedade, para serem vendidos e seu produto aplicado na guerra. S/data.

FONTE 13:

— Cópia de resposta de Ofício de Almeida a Antônio Vicente Pereira Leitão, Min. da Justiça, referindo-se à venda de quarenta escravos de sua propriedade para suprir o Exército. De Piratini, em 24 de setembro de 1837.

FONTE 14:

— Ofício de Almeida ao Tenente-Coronel José Mariano de Matos, e resposta de Matos a Almeida, acerca de um cidadão que se nega a dispensar dois escravos recrutados para o Corpo de Lanceiros, declarando abandonar a causa republicana — 29 de janeiro de 1841.

FONTE 15:

— Ofício de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães, Chefe da Polícia do Boqueirão, ordenando recrutar escravos vagos e de dissidentes da causa republicana, no distrito, para montar uma fábrica de lombilhos — 15 de fevereiro de 1841.

FONTE 16: Volumes 03

— Relação de escravos, que possuía Domingos José de Almeida antes do movimento de 1835, passada por ele em cartório, enviando ao Juiz Municipal Interino de Alegrete. Na relação existe um total de 84 escravos, entre carneadores, salgadores, graxeiros, campeiros, tripeiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, marinheiros, engomadeiras, costureiras, cozinheiras e 4 escravas para serviço de casa — 25 de janeiro de 1843.

FONTE 17:

— A mesma relação acompanha petição de Almeida de 53 escravos, que empregou em benefício do Estado, requerendo pagamento dos serviços dos mesmos por parte do Tesouro Nacional — março de 1842 — Bagé.

FONTE 18:

— Missiva redigida por Almeida, enviada a Joaquim Antão Fernandes Leão, pres. da Prov., tratando sobre a peste epizootia, relatando experiências feitas, entre as quais de dar carne das reses mortas aos cães e depois aos escravos de Pelotas, 20 de novembro de 1859.

FONTE 19:

— Ofício de Almeida ao Tenente-Coronel Antônio Joaquim de Souza, solicitando intervenção junto a uma comissão de Rio Pardo, para recrutar escravos de um estancieiro estabelecido, os quais seriam empregados no fabrico da erva-mate — 25 de abril de 1839.

FONTE 20:

— Ofício de Almeida ao cidadão José Gonçalves da Cruz tratando de uma escrava de propriedade do Estado, em poder

do mesmo, requisitando-a para uma fábrica de fumos — Alegrete, 06 de junho de 1839.

FONTE 21:

— Ofício ao Juiz de Órfãos da Capital, Alegrete, tratando da avaliação de uma perda de morador falecido, para ser expedida carta de alforia, a pedido dos herdeiros — 08 de junho de 1839.

FONTE 22:

— Ofício ao Inspetor Geral do Tesouro, tratando de verba para vestuário de escravos de fábricas de carretas em Rio Pardo — 08 de junho de 1839.

FONTE 23:

— Missiva de Almeida à Ana Ledovina da Fontoura, sobre rapto de escrava de sua propriedade — Piratini, 22 de janeiro de 1841.

FONTE 24:

— Ofício de Almeida ao Major Antônio Vicente da Fontoura, tratando de quatro escravos entregues ao município de Caçapava, para serem empregados no fabrico de ervas — 17 de fevereiro de 1840.

FONTE 25:

— Ofício de Almeida a Vicente da Fontoura, tratando de escravos no fabrico de ervas. Caçapava, 07 de março de 1840.

FONTE 26:

— Ofício de Almeida ao Cidadão João Ferreira Guimarães, tratando sobre escravos empregados no fabrico de ervas — Caçapava, 19 de abril de 1840.

FONTE 27:

— Ofício de Almeida ao General — em — Chefe do Exército, tratando do desaparecimento de um escravo de um estancieiro aliciado por um batalhão de cavalaria. O estancieiro propõe

troca de gado pela volta do escravo — São Gabriel, 22 de junho de 1841.

FONTE 28:

— Ofício de Almeida ao Coletor do município de São Gabriel, tratando de negócio do Estado com um estancieiro, pelo qual ordena pagamento da dívida por conta de gado. Escravo cedido à Nação — 25 de junho de 1841.

FONTE 29:

— Missiva de Almeida ao cidadão Manuel Joaquim de Almeida, autorizando-o a receber 500.000 réis da Coletoria de Bagé, em pagamento de escravo carpinteiro, requisitado para o Exército — novembro de 1841, no dia 05.

FONTE 30:

— Missiva do General Matos a Almeida, referindo-se a um depoimento de um escravo fugido, expondo as razões de sua fuga. O escravo fez um comentário, na cozinha, em defesa dos farrroupilhas, sendo castigado por sua proprietária. Matos comunica a Almeida que resolveu incorporar o escravo ao Exército — s/data.

FONTE 31:

— Ofício de Almeida ao Presidente uruguaio, Frutuoso Rivera, solicitando que este interceda na devolução de dezesseis escravos, alugados a negociante do Estado Oriental. Bagé, 25 de julho de 1842.

FONTE 32: Volume 04

— Missiva de Jerônimo Teixeira de Almeida ao compadre, Domingos de Almeida, acerca de poder reunir escravos imperiais, em Tramandaí e empregá-los no fabrico de lã para suprir as necessidades do Exército — Setembrina, 02 de novembro de 1839.

FONTE 33:

— Ofício do Cidadão Manuel Joaquim de Almeida a Domingos de Almeida, reclamando a fuga de um escravo que pediu para sentar praça no acampamento de David Canabarro, em Inhanduí — Alegrete, 28 de outubro de 1841.

FONTE 34:

— Ofício do coronel José Luiz de Andrade ao comandante de Polícia do Boqueirão, solicitando recrutamento de escravos da referida região, que são dos imperiais, para o estabelecimento de uma fábrica de fumo do Estado — outubro de 1839.

FONTE 35: Volume 05

— Ofício do Ministro da Guerra, José da Silva Brandão, ao chefe de Polícia do Boqueirão, acusando recepção de ofício do 1º, sobre três negros fugidos de estancieiros imperiais querendo sentar praça no Exército Republicano — Caçapava, 09 de março de 1839.

FONTE 36:

— Missiva de Alexandre Bresque, cidadão do Estado Oriental, endereçada a Almeida, acerca de escrava sua, fugida para aquela região — dezembro — 09 — 1837.